

# Uma crítica à Economia Solidária e Feminista: a extenuante Divisão Sexual do Trabalho das mulheres catadoras de materiais recicláveis

Fabiana Sanches Grecco\*

## **Resumo:**

Algumas teses formuladas no interior do debate sobre a Economia Solidária e Feminista afirmam que existe certo protagonismo das mulheres trabalhadoras na transformação social. Neste artigo, estas teses serão questionadas no que se refere ao trabalho das mulheres em associações e cooperativas de materiais recicláveis no Brasil. O objetivo do texto é refletir em que medida aquela afirmação mistifica a exploração do trabalho das mulheres.

**Palavras-chave:** Trabalho; Divisão Sexual do Trabalho; Economia Solidária; Teoria Feminista; Catação de materiais recicláveis.

## **A Critique of Solidary and Feminist Economy: The Strenuous Sexual Division of Labor of the Woman Who Collect Recyclables**

## **Abstract:**

Some theses formulated from within the debate on Solidary and Feminist Economy affirm that there exist certain roles for working women in social transformation. This article will interrogate such theses regarding women's work in associations and cooperatives of recyclable materials in Brazil. The purpose of the text is to reflect to what extent this assertion mystifies the exploitation of women's work.

**Keywords:** Work; Sexual Division of Labor; Solidary Economy; Feminist Theory; Collection of Recyclables.

---

\* Doutoranda no Programa de Pós-graduação em Ciência Política na Universidade Estadual de Campinas. Campinas, São Paulo, Brasil. End. eletrônico: fabianasanchesgrecco@hotmail.com

## Introdução

Em meio ao conjunto de discussões sobre formas alternativas de organização dos processos de trabalho, que se apresentam como diferentes daquela que segue as regras da exploração capitalista, duas possibilidades se destacam.<sup>1</sup> Em primeiro lugar, a chamada Economia Solidária se caracteriza, em linhas gerais, como uma forma supostamente mais democrática de organização dos processos de trabalho via “solidarismo”, que se opõe ao “competitivo” por meio da propriedade coletiva dos meios de produção (Laville, 1994; Singer, 2001 e 2002). Em segundo, os chamados “trabalhos de proximidade” seriam aqueles realizados por “afeição” ou por “senso de responsabilidade” e tem relação com a valorização dos saberes ligados aos cuidados (Folbre, 1997; Laville, 1994). Resulta dessas duas propostas, que as mulheres trabalhadoras das atuais associações ou cooperativas de trabalho pautadas pela Economia Solidária, via “solidarismo” e “proximidade”, seriam apresentadas como protagonistas do processo de colocar em prática outra forma de organização dos processos produtivos e, com isso, também são apresentadas como possíveis protagonistas do desmantelamento da Divisão Sexual do Trabalho. Esta seria a chamada Economia Solidária e Feminista (Guérin, 2005).

Neste texto, por meio da análise da Divisão Sexual do Trabalho (Kergoat, 1998; 2001) a tese extraída do interior do debate sobre a Economia Solidária e Feminista, para a qual há certo protagonismo das mulheres trabalhadoras na transformação da sociedade via trabalho “solidário” e de “proximidade”, será confrontada com as especificidades do trabalho das mulheres catadoras de materiais recicláveis, que trabalham em algumas associações ou cooperativas de reciclagem no Brasil. O objetivo é refletir em que medida a tese da Economia Solidária e Feminista mistifica uma situação de exploração do trabalho dessas mulheres trabalhadoras<sup>2</sup>.

Em linhas gerais, o trabalho de catação de materiais recicláveis consiste, no Brasil, em recolher em diversos lugares como ruas; pontos fixos de coleta seletiva; nos ainda existentes lixões a céu aberto; aterros sanitários; escolas; centros comer-

---

<sup>1</sup> Sobre “outras economias”, ver Cattani (2009).

<sup>2</sup> O universo de investigação empírica das reflexões trazidas aqui são os processos de trabalho de catação de materiais recicláveis na Associação dos Catadores de Papel, Papelão e Materiais Recicláveis de Araçatuba (ACREPOM), à luz de um estudo realizado no período entre 2009-2013. Esse estudo se refere às pesquisas de iniciação científica realizada com o auxílio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) e de mestrado, realizada com o auxílio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), ambas desenvolvidas nos cursos de Graduação e Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual Paulista (UNESP).

ciais; hospitais; e, até mesmo, cemitérios, produtos industrializados descartados e em separá-los de acordo com uma classificação específica de tipos de materiais. Em geral, esse trabalho é realizado nas próprias residências das catadoras e dos catadores e/ou em galpões de associações ou cooperativas de trabalho e seu propósito é encaminhar os materiais recolhidos e sistematicamente separados para a fabricação de matéria-prima reciclada, que será utilizada na produção de novos produtos.

Nesse processo, dois aspectos se relacionam. Por um lado, a reciclagem diminui o impacto nocivo da extração de matéria-prima de fontes naturais, bem como diminui o descarte inadequado dos produtos no ato final do *consumo propriamente dito*<sup>3</sup>. Por outro, a reciclagem libera a indústria que utiliza a matéria-prima reciclada de alguns encargos, dá a ela a simpatia dos consumidores, que se preocupam com a “sustentabilidade ambiental”, e diminui os gastos com os processos produtivos. Aumenta, portanto, as taxas de lucro.

Isto, ao mesmo tempo em que essa indústria utiliza de forma indireta o trabalho, com pouca ou nenhuma remuneração e poucos ou nenhum direitos trabalhistas, de um contingente estimado, no país, em 800 mil trabalhadoras e trabalhadores (MNCR, 2009 e 2014)<sup>4</sup>. No que se refere à organização dos processos de trabalho da catação de materiais recicláveis em associações ou cooperativas de trabalho no país, a estimativa é de que pelo menos 21 mil pessoas trabalhariam com a catação de materiais recicláveis organizadas nessas associações ou cooperativas de trabalho (IPEA, 2013) e, nesse contingente, a participação das mulheres se destaca em relação aos homens e ganha contornos singulares no debate sobre o tema, como será visto adiante.

Essas atuais associações ou cooperativas de trabalho se fundamentam, de forma predominante, nos princípios gerais da Economia Solidária, que se constitui em uma forma supostamente mais democrática de geração de trabalho e renda, coexistente ao modo capitalista de produção e que projeta colocar em pauta um

---

<sup>3</sup> Aqui fazemos referência à análise de Karl Marx e Friedrich Engels em *Miséria da filosofia* (1847), em *Para a Crítica da Economia Política* (1859) e em *O Capital* (1867) sobre a separação entre produção e consumo, que a Economia Política Clássica realiza. Contrariando a concepção dos economistas que seguem essa abordagem clássica, para a qual a produção se definiria como um dos *momentos independentes* do processo produtivo, para Marx e Engels, a produção, a distribuição, a troca e o consumo seriam elementos interdependentes de uma totalidade. Desse processo, portanto, resultaria não apenas objetos, mas relações sociais. Assim, usamos “consumo propriamente dito” o que seria o final de uma “cadeia produtiva”, apenas como um recurso analítico.

<sup>4</sup> Segundo os dados do Censo Demográfico realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apresentados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), ao menos 387.910 pessoas se declararam trabalhadoras catadoras de materiais recicláveis no ano de 2010 (IPEA, 2013).

novo ordenamento social via “solidarismo”. A Economia Solidária, que se difunde em grupos informais, associações, cooperativas, entre outras organizações, impulsionada por sindicatos, igrejas e universidades, teria se consolidado na virada do século XX para o século XXI, inspirada no cooperativismo europeu do final do século XVIII e início do século XIX.<sup>5</sup>

Segundo as pesquisadoras Marcia de Paula Leite e Isabel Georges (2012), seria possível considerar a expansão da Economia Solidária relacionada ao processo de “globalização e de reestruturação econômica”. Segundo uma interpretação mais recorrente, tratar-se-ia de um processo que consistiria, por um lado, na crise do modelo fordista-taylorista de produção e consumo em massa e do Estado keynesiano de “bem-estar social” estadunidense e europeu, com severas consequências nas demais regiões, por exemplo, América Latina e África e, por outro, na prevalência de um modelo caracterizado pela flexibilização, descentralização e o *just in time* da produção, com a ascensão de um Estado fundado em preceitos neoliberais.<sup>6</sup>

É nesse sentido que, para Leite e Georges (2012), as experiências da Economia Solidária no Brasil começariam a aparecer, também, como “política empresarial de precarização do trabalho”. Segundo as pesquisadoras Maria Augusta Tavares e Maria Aparecida Alves (2006), nessas formas atuais de trabalho associado ou cooperado se operaria uma “mágica de fazer desaparecer a relação empregado-empregador”. Isto, segundo as autoras, eliminaria qualquer tipo de reivindicação trabalhista, além dos “desagradáveis constrangimentos que denunciavam a luta de classes”.

No caso da Associação dos Catadores de Papel, Papelão e Materiais Recicláveis de Araçatuba (ACREPOM), da cidade de Araçatuba/SP, por exemplo, o trabalho é extenuante. As trabalhadoras e os trabalhadores ficam em pé, realizando movimentos repetitivos com os braços e troncos, para alcançar os sacos onde acomodam os materiais que separam. A jornada de trabalho é, normalmente, de segunda à sexta-feira das 8h da manhã às 17h30 da tarde, com pausa para uma hora e meia de almoço e meia hora para o café da tarde. As atividades são suspensas apenas aos domingos e nos feriados e não há férias. Às vezes, são concedidos afastamentos justificados. Além disso, fora os dias normais de trabalho, são organizados mutirões quando o volume de materiais está acumulado

---

<sup>5</sup> A respeito da Economia Solidária, ver Castro (2009); Laville (1994); Leite e George (2012); Leite, Araújo e Lima (2015); Lima (2012); Singer (2001; 2002); Souza (2013); Wellen (2008; 2012).

<sup>6</sup> Sobre diferentes análises acerca do processo de reestruturação, consultar Alves (2007); Amorim (2006; 2012); Antunes (2009; 2011); Dias (1997; 1998); Harvey (1989); Hobsbawm (1994); Jessop (1992); Leite (2003).

em alguns dos setores ou quando há a necessidade de produzir mais fardos de algum material para vendê-los em maior quantidade. Isto porque “a cidade não pode ficar sem a coleta” ou porque “no final do mês o dinheiro será dividido igualmente então, todos são obrigados a vir” (Grecco, 2014).

Por ser declarada de utilidade pública municipal, a ACREPOM pode estabelecer convênios com instâncias do governo e outras instituições como a Fundação Banco do Brasil. Outra instituição que se utiliza do trabalho das trabalhadoras e dos trabalhadores da associação é a Rede Pão de Açúcar, que disponibiliza reservatórios para a população depositar o lixo reciclável e uma das associadas da ACREPOM realiza a separação dos materiais no estacionamento do supermercado da rede na cidade, que depois são levados até a associação. A rede de supermercados fornece, apenas, o pagamento dos encargos da previdência social e de um vale transporte para a trabalhadora (Grecco, 2014).

No cotidiano do trabalho nesses lugares, o que se verifica, portanto, é que a organização dessas associações ou cooperativas, em geral, se compara à de uma empresa capitalista tradicional. Nelas estão presentes, não apenas a divisão de tarefas, a hierarquia de remunerações e uma rígida jornada de trabalho, mas também, a rotinização de gestos e movimentos, a adequação psicofísica das trabalhadoras e dos trabalhadores, além de uma seleção de um perfil de trabalhadoras e trabalhadores e, até mesmo, investimentos em qualificação técnica. Aprofundando as semelhanças com a empresa tipicamente capitalista, percebe-se também os princípios básicos da Divisão Sexual do Trabalho (Kergoat, 1998, 2001), o que será visto adiante. Além disso, ao observar as relações dessas associações ou cooperativas com outras instituições, o que se verifica, portanto, é que o capital opera funcionalmente utilizando formas de trabalho “primitivas” e atualizadas, combinando-as socialmente para expandir suas taxas de lucro (Grecco, 2014).

Contudo, na visão dos entusiastas da Economia Solidária, como o economista Paul Singer (2001 e 2002) e o pesquisador Jean-Louis Laville (1994), ela se propagaria como uma reação das trabalhadoras e trabalhadores frente ao desemprego estrutural e visando um modelo que não fosse a propriedade privada dos meios de produção, a produção da mais-valia e a alienação das trabalhadoras e dos trabalhadores. Assim, usando as palavras do pesquisador André de Souza (2013), a Economia Solidária se constituiria em uma “terceira via” entre o “atual” capitalismo e as “antigas propostas primárias do comunismo centralizador”.

Para Singer (2001 e 2002), a reprodução de qualquer sociedade requereria “alguma solidariedade”, estando a sociedade capitalista cindida entre as esferas do “competitivo” e do “solidário”. As atuais associações ou cooperativas de trabalho pautadas pela Economia Solidária seriam, portanto, uma forma mais democrática de geração de trabalho e renda, coexistente à “economia capitalista”, e portadora

da capacidade de colocar em prática um “novo ordenamento social”, como já foi dito. Já para Laville (1994), a Economia Solidária teria trazido ao debate público as noções de “utilidade social” e de “interesse coletivo” e teria colocado a questão do objetivo das atividades laborais. As mulheres que participam dessas organizações se empenhariam em setores ligados à vida cotidiana e converteriam os seus “saberes tradicionais” em “competências profissionais”.

Segundo a pesquisadora Isabelle Guérin (2005), as atuais associações de trabalho, pautadas pela Economia Solidária, seriam espaços de reflexão e de deliberação coletivas, contribuindo para a redefinição da articulação entre família, autoridades públicas, mercado e sociedade civil. Ao criar espaços entre o privado/doméstico e a vida pública, entre o monetário e o não monetário essas instituições desempenhariam o papel da chamada “justiça de proximidade”. Nessa proposta, Guérin tem como referência, sobretudo, a definição de “trabalho de proximidade” da pesquisadora e estudiosa da chamada Economia Feminista, Nancy Folbre (1997).<sup>7</sup> Para Folbre, como já foi indicado acima, tratar-se-ia de um trabalho realizado por “afeição” ou por “senso de responsabilidade”. Além disso, na realização dessas atividades, a retribuição financeira não seria algo imediatamente esperado. Dessa forma, para a autora, em um curto prazo, a oferta de “*travail de l’amour*” seria estabelecida em nossa sociedade, mas permaneceria insensível ao preço.

Para outra estudiosa da Economia Feminista, Cristina Carrasco (2003), ao sugerir um deslocamento do olhar do mercantil para a “vida humana”, “a lógica da cultura do lucro ficaria sob a lógica da cultura do cuidado”. Isto, no entanto, dependeria “do poder de negociação dos diferentes atores sociais”. Se a escolha fosse pela vida humana, seria necessário flexibilizar os tempos mercantis, liberando os homens para atividades domésticas e “organizar a sociedade seguindo o modelo feminino de trabalho de cuidados”.

É nesse sentido que nas teses sobre a participação das mulheres na Economia Solidária seu trabalho é visto, não em vão, como uma possibilidade dessas mulheres trabalhadoras alcançarem sua “autonomia”. Isto porque, leva-se em conta a geração de renda, a organização do trabalho de forma coletiva, a participação em movimentos sociais e populares e as ações sociais ou comunitárias das mulheres trabalhadoras (Guérin, 2005). Não obstante, assim como o “soli-

---

<sup>7</sup> A chamada Economia Feminista se consolidou como um conjunto específico de perspectivas feministas na década de 1990, sobretudo, nos Estados Unidos e Europa, chegando ao Brasil em meados da década de 2000, com forte interlocução com os estudos sobre a participação das mulheres na Economia Solidária. A principal referência é uma coletânea organizada pelas pesquisadoras Marianne Ferber e Julie Nelson intitulada *Beyond Economic Man: Feminist Theory and Economics* (1993).

darismo”, a tese de que o trabalho das mulheres no interior dessas associações ou cooperativas é realizado por “afeição” ou por “senso de responsabilidade”, nos quais a retribuição financeira não seria algo “imediatamente esperado” (Folbre, 1997), mistifica a precariedade dos processos de trabalho no interior dessas associações ou cooperativas, o que é fundamental para o processo de expansão e acumulação capitalista.

### **Uma crítica à Economia Solidária e Feminista: o trabalho das mulheres catadoras de materiais recicláveis**

Existe uma contradição na tese extraída do interior do debate sobre a Economia Solidária e Feminista, para a qual, as mulheres trabalhadoras das atuais associações ou cooperativas de trabalho pautadas pela Economia Solidária seriam apresentadas como protagonistas do processo de colocar em prática outra forma de organização dos processos produtivos, via “solidarismo” e “proximidade”, e, com isso, também são apresentadas como possíveis protagonistas do desmantelamento da Divisão Sexual do Trabalho (Guérin, 2005). Tal contradição é evidenciada pelas especificidades do trabalho das mulheres catadoras de materiais recicláveis, que trabalham em associações ou cooperativas de reciclagem no Brasil, como veremos agora.

No que se refere às estatísticas sobre as mulheres trabalhadoras catadoras de materiais recicláveis no Brasil, segundo um estudo publicado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA (2013), com dados extraídos do censo demográfico de 2010, a média de homens catadores de materiais recicláveis é de 68,9%, enquanto que a de mulheres corresponderiam a 31,1% (total de trabalhadoras e trabalhadores, tanto associados ou cooperados como aquelas e aqueles que trabalham sozinhos, sem qualquer vínculo). Isto é, segundo esses dados elas seriam a minoria.

Contudo, os técnicos do IPEA (2013) ressaltam que a participação das mulheres no trabalho de catação seria subestimada pelos números. Isto, por conta delas realizarem outras atividades como, por exemplo, os trabalhos domésticos e de cuidados e, muitas vezes, se apresentarem ao censo como “donas de casa” ou empregadas domésticas, considerando a atividade de catação, apenas como “uma atividade complementar”.

Outro banco de dados que ilustra a participação de mulheres e homens na catação de materiais recicláveis, é o Sistema de Informações de Economia Solidária (Sies), coordenado pela Secretaria Nacional de Economia Solidária

---

<sup>8</sup> Ver também: MNCR (2014).

(Senaes). Segundo os dados do Sies de 2007, as mulheres predominariam nesse tipo de trabalho coletivo. Além do setor da reciclagem, no qual elas seriam na época 58,6% do total, elas predominariam nos setores de costura, alimentação e calçados. Outro dado relevante é o de que quanto menor for o empreendimento, maior seria a participação das mulheres. Isto é, quanto mais precário for o empreendimento, maior a predominância de mulheres trabalhadoras.<sup>9</sup> No período seguinte, segundo o estudo do IPEA (2013), na última edição do levantamento do Sies realizado entre os anos 2009 e 2012 – envolvendo não apenas cooperativas e associações já regularizadas, mas também grupos informais em vias de regularização –, dos 692 empreendimentos de reciclagem mapeados, totalizando 21.164 mil trabalhadoras e trabalhadores envolvidos, apenas 39% eram mulheres.

No entanto, se por um lado, os dados numéricos divulgados pelo IPEA e pelo Sies sofrem bastante variação e podem subestimar a participação das mulheres na indústria da reciclagem, conduzindo a invisibilidade da realidade específica das mulheres trabalhadoras brasileiras nessa atividade, por outro, seria notável na catação de materiais recicláveis o reflexo da permanência, na sociedade brasileira, dos salários inferiores das mulheres em relação aos homens, nos mesmos postos de trabalho e mesmo quando elas possuem maior escolaridade, como discute a pesquisadora Maria Rosa Lombardi (2010). Segundo os técnicos do IPEA (2013), ao se considerar a renda média dos homens catadores, de R\$ 611,10, a renda média das mulheres chega a ser 32% menor, cerca de R\$ 460,54. Nesse sentido, a reprodução dessa desigualdade entre mulheres e homens parece ser um gancho importante no qual o debate conduzido aqui se respalda.

Embora os dados estatísticos considerem a participação das mulheres inferior em relação aos homens (apesar de ressalvas), com o debate sobre a Divisão Sexual do Trabalho na indústria da reciclagem, o cenário induzido por esses números se enfraquece. Os aspectos que se destacam aqui, são os mesmos identificados por Danièle Kergoat (1998 e 2001) como inerentes à Divisão Sexual do Trabalho nas sociedades capitalistas. Trata-se de dois princípios. Em primeiro lugar, o princípio de separação, no qual haveriam trabalhos convencionalmente femininos e trabalhos convencionalmente masculinos. Em segundo lugar, o princípio de hierarquia, no qual os trabalhos masculinos costumariam ter maior valor e prestígio do que os femininos.<sup>10</sup>

Isto é, nesses espaços, os das cooperativas ou associações, os dois princí-

---

<sup>9</sup> Ver esses dados em Schiochet e Brandes (2009); Araújo (2012); Araújo e Durães (2010).

<sup>10</sup> É importante salientar que a análise sobre essa divisão pode ser pensada tanto no que se refere ao trabalho de catação de materiais recicláveis organizado de forma individual ou familiar, como no trabalho coletivo organizado nos galpões de associações ou cooperativas de trabalho.

pios, o de separação e o de hierarquia, são evidentes nos processos de trabalho. Os homens não apenas recebem maiores remunerações que as mulheres, como indica o IPEA (2013) – expressando e conferindo maior prestígio aos trabalhos realizados por eles –, como há uma separação entre os trabalhos realizados por homens e os trabalhos realizados por mulheres.

Dentro das associações e cooperativas de reciclagem, em geral, as mulheres estão, predominantemente, nos trabalhos onde a separação dos materiais exige atenção redobrada e trabalho minucioso, como a chamada “separação de papel branco”, que se caracteriza pela separação de materiais encaminhados por escritórios e repartições públicas, em busca de papéis brancos, que não tenham nenhum traço de tinta colorida, manchas de café ou carimbos (Grecco, 2014). Já o trabalho na esteira – expressão emblemática da indústria tipicamente capitalista (nos moldes do fordismo-taylorismo), onde há divisão de tarefas, rotinização de gestos e movimentos –, algumas vezes, aparece como espaço compartilhado entre homens e mulheres (Grecco, 2014) e outras, aparece como espaço exclusivo de mulheres trabalhadoras (Wirth, 2013).

No caso da Associação dos Catadores de Papel, Papelão e Materiais Recicláveis de Araçatuba (ACREPOM), por exemplo, a separação de materiais nas esteiras é distinta entre alguns tipos de materiais, como garrafa PET, Tetra Pak, papel, papelão, plástico duro (por exemplo, garrafas de produto de limpeza e tampas de garrafas PET), plástico mole (sacos e sacolas), garrafas de óleo e pilhas. Os demais materiais, de acordo com as relações que a associação estabeleceu com os compradores de matéria-prima reciclada como, por exemplo, o isopor e o alumínio não têm valor comercial e são devolvidos ao “lixo”. Enquanto a esteira rola, cada trabalhadora e cada trabalhador se dedica a separar um tipo específico de material e, com alguma frequência, as trabalhadoras e os trabalhadores revezam esse tipo de material que cada uma e cada um é responsável por separar (Grecco, 2014).

A descrição desses processos de trabalho é importante, na medida em que explicita a reprodução dos moldes fordista-taylorista (capitalista) de produção e da separação e hierarquia entre os trabalhos realizados por mulheres e homens, que refletem a Divisão Sexual do Trabalho típica das sociedades capitalistas. Além do trabalho da esteira, que no caso da ACREPOM é compartilhado entre mulheres e homens, os homens ocupam os trabalhos com os carrinhos, com as prensas e com o caminhão. Já os trabalhos definidos como “femininos”, são realizados na cozinha, na recepção e na chamada “separação do papel branco”, como dito acima. Esse trabalho é basicamente igual ao da esteira, com a diferença de exigir maior atenção sobre a separação de papéis, ser realizado de forma solitária e receber um pagamento inferior (Grecco, 2014).

O que questionamos neste texto, portanto, é em que medida a Economia Solidária pode ser considerada uma resposta ou uma iniciativa alternativa à precarização do trabalho? E, dentro do mesmo raciocínio, em que medida a Economia Solidária e Feminista não está se transformando em um alibi para a expansão da exploração do trabalho das mulheres? Nesta reflexão, os princípios que fundamentam a Economia Solidária e Feminista, o “solidarismo” e o “trabalho de proximidade”, se enfraquecem e dão lugar a uma análise que exalta a reprodução da exploração capitalista, mesmo que nesses processos de trabalho não se estabeleça uma relação direta de geração de mais-valia.

Se, por um lado, a chamada Economia Solidária se caracteriza pela organização dos processos de trabalho via “solidarismo”, que se oporia ao “competitivo” por meio da propriedade coletiva dos meios de produção (Laville, 1994; Singer, 2001 e 2002), por outro, o que se verifica no processo de trabalho no interior das associações ou cooperativas é a reprodução dos moldes fordista-taylorista de produção e precárias condições de trabalho e vida das trabalhadoras e trabalhadores. Da mesma forma, se os chamados “trabalhos de proximidade” seriam aqueles realizados por “afeição” ou por “senso de responsabilidade” e, além disso, na realização dessas atividades, a retribuição financeira não seria algo imediatamente esperado (Folbre, 1997; Laville, 1994), o trabalho das mulheres no interior dessas associações ou cooperativas, ao contrário, reflete as mesmas condições da exploração do trabalho das mulheres em condições tipicamente capitalistas.

Para concluir, é preciso deixar claro que do ponto de vista das vidas individuais essas organizações de mulheres trabalhadoras eventualmente possibilitam, de certa forma, a sua “autonomia” como divulga Isabelle Guérin (2005). Contudo, o ponto de vista individual não pode mistificar a exploração capitalista que é verificada, por exemplo, nas péssimas condições de trabalho dessas mulheres trabalhadoras, baixas remunerações e processos de trabalho profundamente marcados pelos moldes tradicionais de exploração de trabalho.

## **Bibliografia**

- ALVES, Giovanni (2007). *Dimensões da reestruturação produtiva – ensaios de sociologia do trabalho*. São Paulo: Editora Práxis.
- ALVES, Maria Aparecida; TAVARES, Maria Augusta (2006). A dupla face da informalidade no trabalho: ‘autonomia’ ou precarização. In: ANTUNES, Ricardo. *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*. São Paulo: Boitempo.

- AMORIM, Henrique (2006). *Teoria social e reducionismo analítico*. Caxias do Sul: Educs.
- \_\_\_\_\_. (2012). Valor-trabalho e imaterialidade da produção nas sociedades contemporâneas. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO.
- ANTUNES, Ricardo (2009). *Os sentidos do trabalho*. São Paulo: Boitempo.
- \_\_\_\_\_. (2011). *O continente do labor*. São Paulo: Boitempo.
- ARAÚJO, Ângela Maria Carneiro (2012). Informalidade e relações de gênero. In: GEORGES, Isabel P. H.; LEITE, Marcia de Paula (orgs.). *Novas configurações do trabalho e economia solidária*. São Paulo: Annablume.
- ARAÚJO, Ângela Maria Carneiro; DURÃES, Bruno (2010). Informalidade e desproteção social: uma realidade para a maioria das mulheres trabalhadoras. In: COSTA, Albertina [et al.] (orgs.). *Divisão sexual do trabalho, Estado e crise do capitalismo*. Recife: S. O. S. Corpo.
- CARRASCO, Cristina (2003). A sustentabilidade da vida humana. In: FARIA, N.; NOBRE, M. (org.). *A produção do viver*. São Paulo: SOF.
- \_\_\_\_\_. (org.) (1999). *Mujeres y economía: nuevas perspectivas para viejos y nuevos problemas*. Barcelona: Icaria.
- CASTRO, Bárbara Geraldo de (2009). *A economia solidária de Paul Singer: a construção de um projeto político*. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, SP: [s. n.].
- CATTANI, Antonio David (2009). Construindo a Outra Economia. In: CATTANI, Antonio David. et al. *Dicionário internacional da outra economia*. Coimbra: Almedina.
- DIAS, Edmundo Fernandes (1998). Reestruturação produtiva: forma atual da luta de classes. *Revista Outubro*, n., 1, São Paulo.
- \_\_\_\_\_. (1997). A liberdade (im)possível na ordem do capital: reestruturação produtiva e passivização. *Textos didáticos*, n. 29, Campinas, IFCH/Unicamp, ago.
- FERBER, M. A.; NELSON, J. A. (eds.) (1993). "Beyond Economic Man: Feminist Theory and Economics". Chicago: University of Chicago Press.
- FOLBRE, N. (1997). *De la différence des sexes em économie politique*. Paris: Des Femmes.
- GRECCO, Fabiana Sanches (2014). *Produção e reprodução capitalista na indústria da reciclagem: uma análise do trabalho de catação de materiais recicláveis no interior paulista*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências de Marília.
- GUÉRIN, Isabelle (2005). *As Mulheres e a Economia Solidária*. São Paulo: Loyola.

- JESSOP, Bob (1992). Fordism and post-Fordism: a critical reformulation. In: A.J. Scott and M.J. Storper, eds. *Pathways to Regionalism and Industrial Development*. London: Routledge, 43-65.
- HARVEY, David (2010). *Condição pós-moderna*. São Paulo: Edições Loyola.
- HOBSBAWN, Eric (1995). *A era dos extremos*. São Paulo: Cia das Letras.
- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA (2013). Situação social das catadoras e dos catadores de material reciclável e reutilizável: região sudeste. Disponível em: < [http://issuu.com/secretariageralpr/docs/130910\\_relatorio\\_situacaosocial\\_mat\\_a2eaad931e8a6a](http://issuu.com/secretariageralpr/docs/130910_relatorio_situacaosocial_mat_a2eaad931e8a6a)>. Acesso em 20 de novembro de 2013.
- KERGOAT, Danièle (2002). A relação social de sexo. Da reprodução das relações sociais à sua subversão. *Pro-Posições*, v. 13, n. 1 (37), Campinas, jan./abr.
- \_\_\_\_\_ (1998). La division du travail entre les sexes. In: Kergoat, Jacques. et al. *Le monde du travail*. Paris: Decouverte.
- LAVILLE, Jean-louis (1994). *L'économie solidaire: une perspective internationale*. Paris: Desclée de Brouwer.
- LEITE, Marcia de Paula (2003). *Trabalho e sociedade em transformação: mudanças produtivas e atores sociais*. São Paulo: editora Fundação Perseu Abramo.
- LEITE, Marcia de Paula; GEORGES, Isabel P. H. (orgs.) (2012). *Novas Configurações do Trabalho e Economia Solidária*. São Paulo: Annablume.
- LEITE, Marcia de Paula, ARAÚJO; Angela Maria Carneiro; e LIMA, Jacob (2015). *O trabalho na Economia Solidária: entre precariedade e emancipação*. São Paulo: FAPESP/Annablume.
- LIMA, J. (2012). Cooperativas, trabalho associado, autogestão e Economia solidária: a constituição do campo de pesquisa no Brasil, In: GEORGES, I. e LEITE, M. (orgs.). *Novas Configurações do Trabalho e Economia Solidária*. São Paulo: Annablume.
- LOMBARDI, Maria Rosa (2010). A persistência das desigualdades de gênero no mercado de trabalho. In: COSTA, Albertina et ali (orgs.). *Divisão sexual do trabalho, Estado e crise do capitalismo*. Recife: S. O. S. Corpo.
- MARX, Karl (1996). *Para a crítica da economia política*. São Paulo: Nova Cultural.
- \_\_\_\_\_ (1988). *O capital*. São Paulo: Nova Cultural.
- \_\_\_\_\_ (1965). *Miséria da filosofia: resposta à "Filosofia da miséria" de Pierre-Joseph Proudhon*. Rio de Janeiro: Leitura.

- Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis – MNCR (2009). *Formação nível 1: caminhar é resistir*. São Paulo: MNCR.
- \_\_\_\_\_. (2014). *Mulheres são maioria entre Catadores de Materiais Recicláveis*. São Paulo: MNCR.
- SCHIOCHET, Valmor; BRANDES, Mairon Edegar (2009). Espaço e Cadeias Produtivas Solidárias. O Caso da Reciclagem. *III Encontro de Economia Catarinense*.
- SINGER, Paul (2001). Economia solidária *versus* economia capitalista. *Sociedade e Estado* online, v.16, n.1-2, pp. 100-112.
- SINGER, Paul (2002). Economia solidária. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, pp.: 79-129.
- SOUZA, Andre Ricardo de (2013). *Os laços entre igreja, governo e economia solidária*. Edufscar.
- TAVARES, Maria Augusta (2002). Trabalho informal: os fios (in)visíveis da produção capitalista. *Revista Outubro*, n. 7.
- WELLEN, Henrique André Ramos (2008). Contribuição à crítica da ‘economia solidária’. *Rev. Katál*. Florianópolis, v. 11, n. 1, p. 105-115 jan./jun.
- \_\_\_\_\_. (2012). *Para a Crítica da “Economia Solidária”*. São Paulo: Outras Expressões.
- WIRTH, Ioli Gewehr (2013). *Mulheres na Triagem, Homens na Prensa: questões de Gênero em cooperativas de catadores*. São Paulo: Annablume/FAPESP.